

Riscos, Governança e Integridade na Administração Pública

Mapa Estratégico Organizacional 2019-2023 SCGE

Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco

MISSÃO

Promover a melhoria da gestão pública por meio do fomento ao controle social, da transparência, da orientação ao gestor, da prevenção e combate à corrupção, em benefício da sociedade.

**Secretaria da
Controladoria-Geral
do Estado**

**Diretoria de
Correição**

**Coordenação de
Integridade e Governança
da Adm. Púb.**

**Coordenadoria dos Atos
de Correição e Tomada de
Contas Especial**

**Governança e
Integridade**

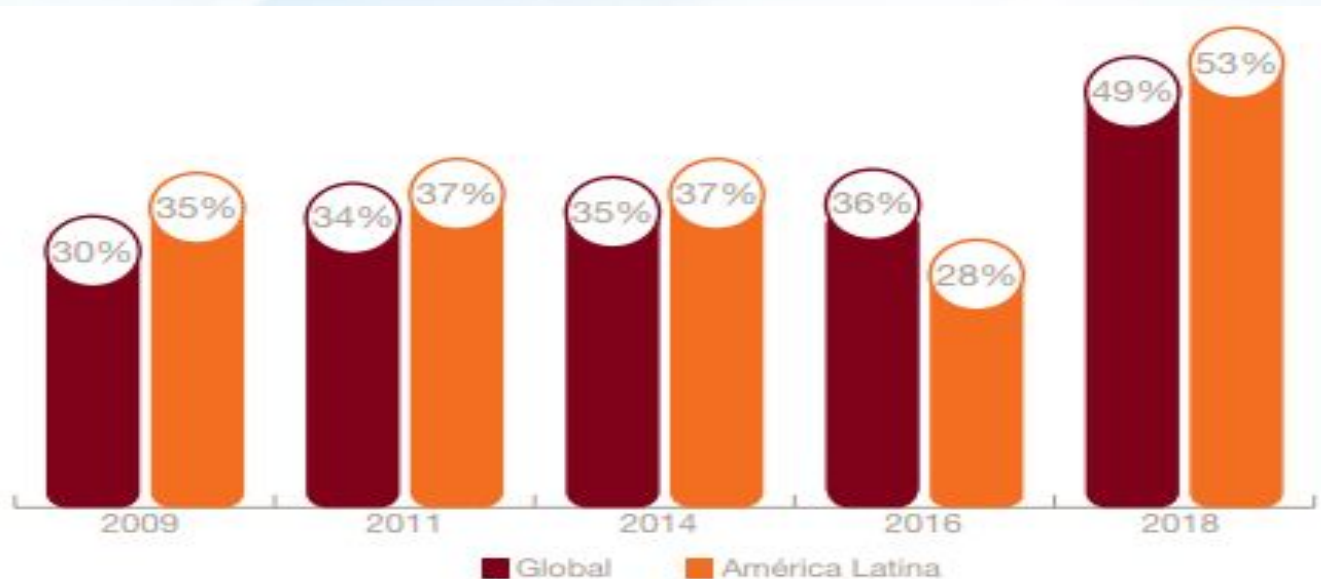
**PIP / PAR
(LAC)**

**Processo
Administrativo
Disciplinar**

**Tomada de
Contas
Especial**

Empresas vítimas de fraudes e crimes econômicos

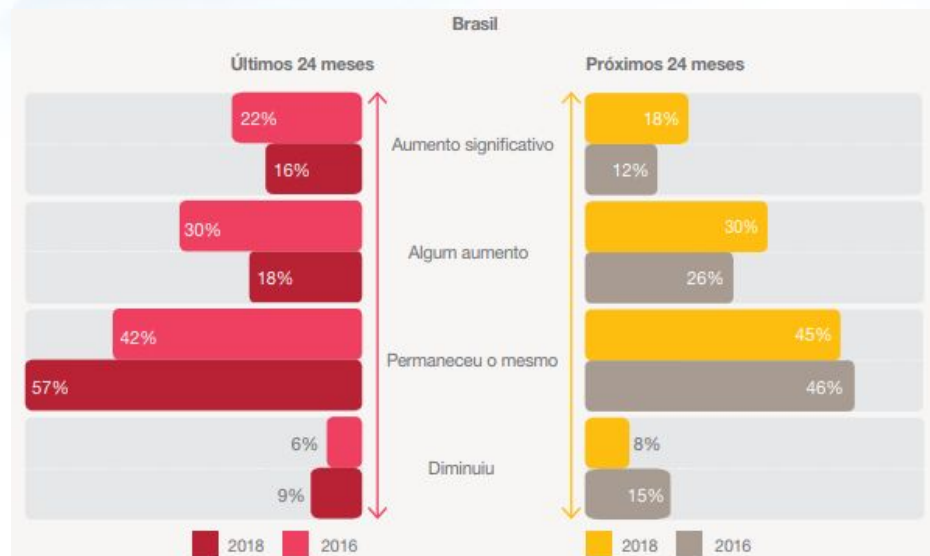
SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



Fonte: Pesquisa Global sobre Fraudes e Crimes Econômicos 2018 da PwC

Gastos com o combate à fraude

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



Fonte: Pesquisa Global sobre Fraudes e Crimes Econômicos 2018 da PwC

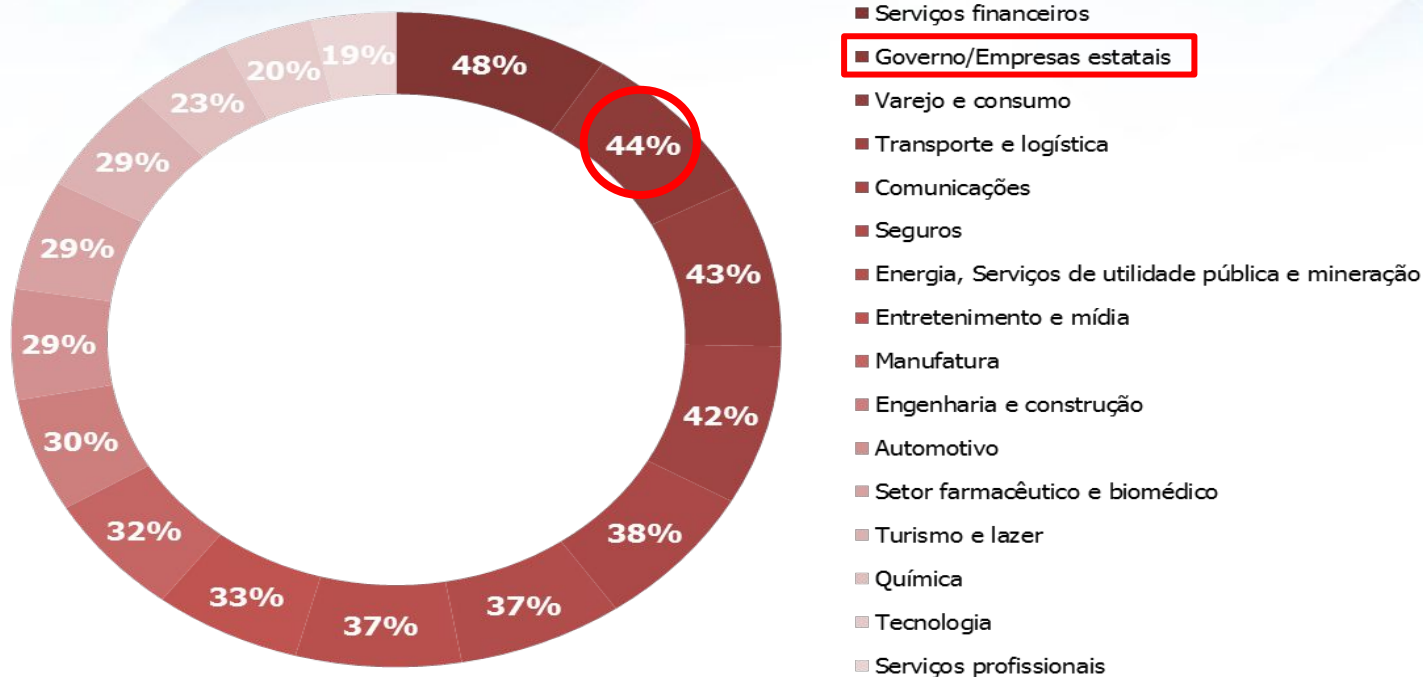
Tipos de fraude e corrupção

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



Fonte: Pesquisa Global sobre Fraudes e Crimes Econômicos 2018 da PwC

Que setores estão em mais risco no mundo?



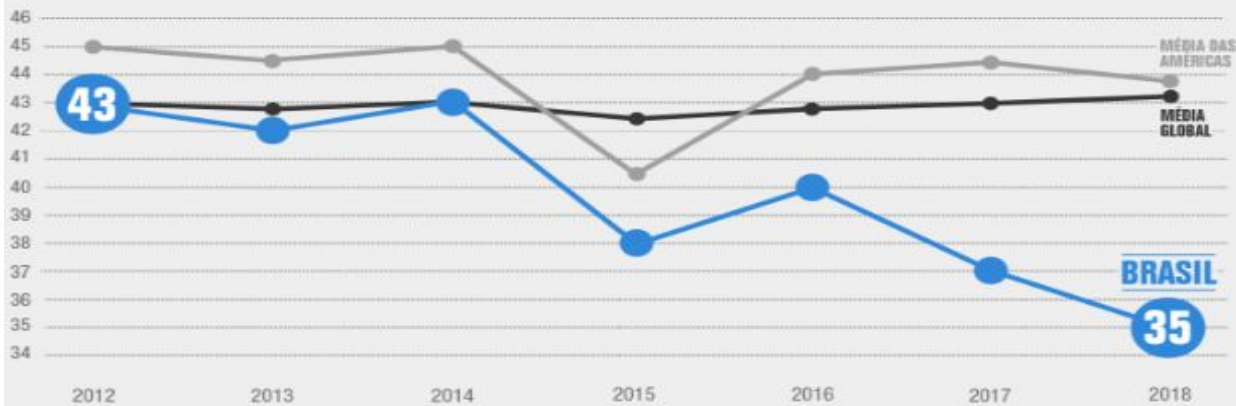
Fonte: PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. - Pesquisa Global sobre Crimes Econômicos 2016

Índice de Percepção da Corrupção

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



BRASIL



Fonte: Transparência internacional

- Pior nota desde 2012;
- Caiu da posição 96 para a 105;
- Pontuação passou de 37 para 35;
- Esforços não suficientes para chegar à raiz do problema.

Efeitos da Corrupção

- Geram altos custos políticos, sociais e econômicos.
- Comprometem a legitimidade política, enfraquece as instituições democráticas e os valores morais da sociedade.
- Geram um ambiente de insegurança no mercado, que compromete o desenvolvimento e afugenta novos investimentos no país.

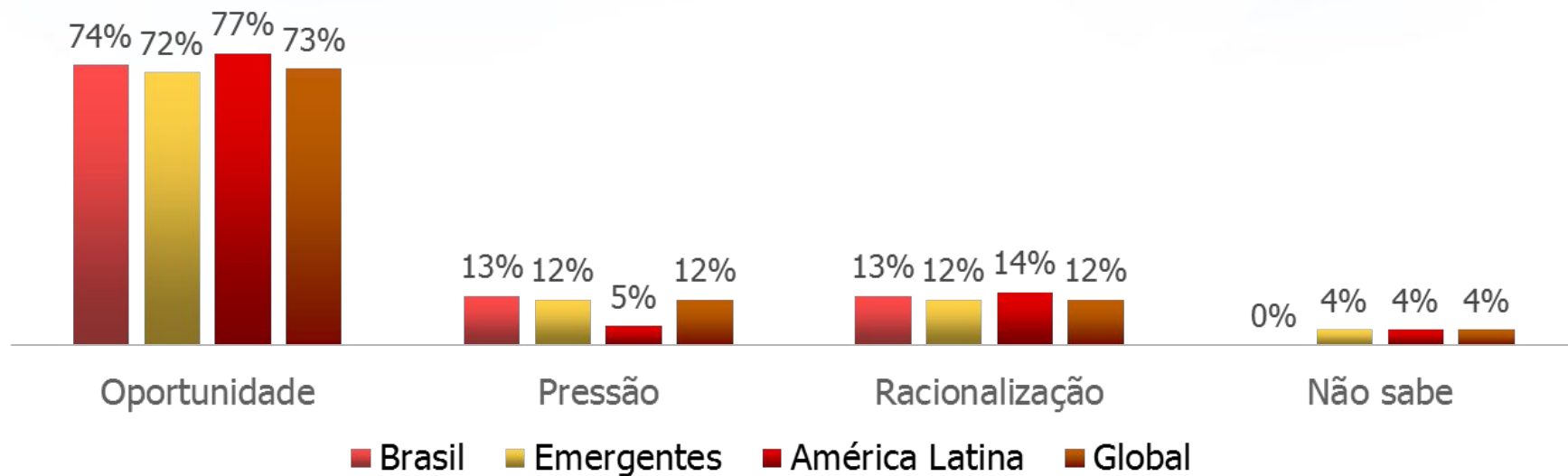


O Triângulo da Fraude:

Um modelo para detecção de situações
em alto risco de fraude



Fatores que contribuíram para o crime econômico



SISTEMA ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRO

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



Esfera Penal

Código Penal

(art. 312 a 337-D)

Lei nº 8.666/93

(art. 89 a 99)

Lei nº 9.613/98

Lei nº 12.850/13

Licitações e Contratos

Lavagem de Dinheiro

Organização Criminosa

Esfera Cível

Lei nº 4.717/65

Lei nº 8.429/92

Lei nº 12.527/11

Lei nº 12.813/13

Lei nº 12.846/13

Ação Popular

Improbidade Adm.

LAI

Conflito de Interesses

LAC

Esfera Administrativa

Lei nº 8.112/90

Lei nº 8.666/93

Lei nº 10.520/02

Lei nº 12.462/11

Lei nº 12.846/13

Estatuto Servidor

Licitações e Contratos

Pregão

RDC

LAC

SISTEMA ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE EM PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



Lei Estadual nº
16.309/2018

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, no âmbito do Poder Executivo Estadual

Decreto
Estadual nº
45.727/2018

Regulamenta o **Fundo Estadual** Vinculado de Combate à Corrupção – FUNCOR

Decreto
Estadual nº
46.040/2018

Regulamenta os critérios para **cálculo das multas** nos Processos de Apuração de Responsabilidade - PAR

Decreto
Estadual nº
46.852/2018

Institui o **Código de Ética dos Agentes Públicos** da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual

Decreto
Estadual nº
46.853/2018

Institui o **Sistema de Gestão de Ética** dos agentes públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual

SISTEMA ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE EM PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



Decreto Estadual nº
46.854/2018

Institui o **Código de Conduta da Alta Administração** do Poder Executivo Estadual

Decreto Estadual nº
46.855/2018

Dispõe sobre a **política de governança** da administração pública Estadual direta, autárquica e fundacional

Decreto Estadual nº
46.856/2018

Dispõe sobre os **critérios de avaliação de programas de integridade** no âmbito do poder executivo do Estado de Pernambuco

Decreto Estadual nº
46.967/2018

Define os **procedimentos para apuração** da responsabilidade administrativa de que trata a Lei Estadual nº 16.309/2018.

Histórico

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



**Vacatio
legis**
180 dias

ago/2013 fev/2014

dez/2015

fev/2016

mai/2016

dez/2016

jan/2018

2014

2015

2016

2017

Início da
vigência

Lei Nacional nº 12.846/2013

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências

Medida Provisória nº 703

Altera o texto original, especialmente no tocante aos acordos de leniência.

Decreto Padrão - CONACI

Reuniões entre SCGE e PGE para análise de minuta padrão de decreto

Minuta de projeto de lei estadual

Elaboração conjunta, pela SCGE e PGE.

Tramitação paralisada em razão do encerramento de vigência da MP 703.

Comissão Especial (ALEPE)

Elaboração de regulamento estadual.
Presidente: Dep. Rodrigo Novaes.
Relatora: Dep. Priscila Krause.
Participação de representantes da SCGE e PGE.

Lei Estadual nº 16.309

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, no âmbito do Poder Executivo Estadual e sobre o Programa de Integridade

Estrutura da Lei Estadual nº 16.309/2018

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



- Procedimento de Investigação Preliminar - PIP;
- Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;
- Recurso Administrativo;
- Sanções;
- Acordo de Leniência;
- Fundo Estadual Vinculado de Combate à Corrupção;
- Mecanismos Estaduais de Combate à Corrupção.

Mecanismos Estaduais de Prevenção à Corrupção

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



Orientação aos Agentes Públicos

Disponibilização de material de orientação e cursos na grade de capacitações com ênfase na prevenção a atos de corrupção.



Canal Estadual de Denúncias Anticorrupção

Uso da rede de ouvidorias



Código de ética da Administração Pública Estadual

Publicação em um ano.

Conjunto de n
postos em prát
com vistas à **cc**
serviços de int
(Decreto Estad



gia e controle
torar a gestão,
a **prestação de**

Princípios da Governança Pública

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



1

Capacidade de resposta

2

integridade

3

confiabilidade

4

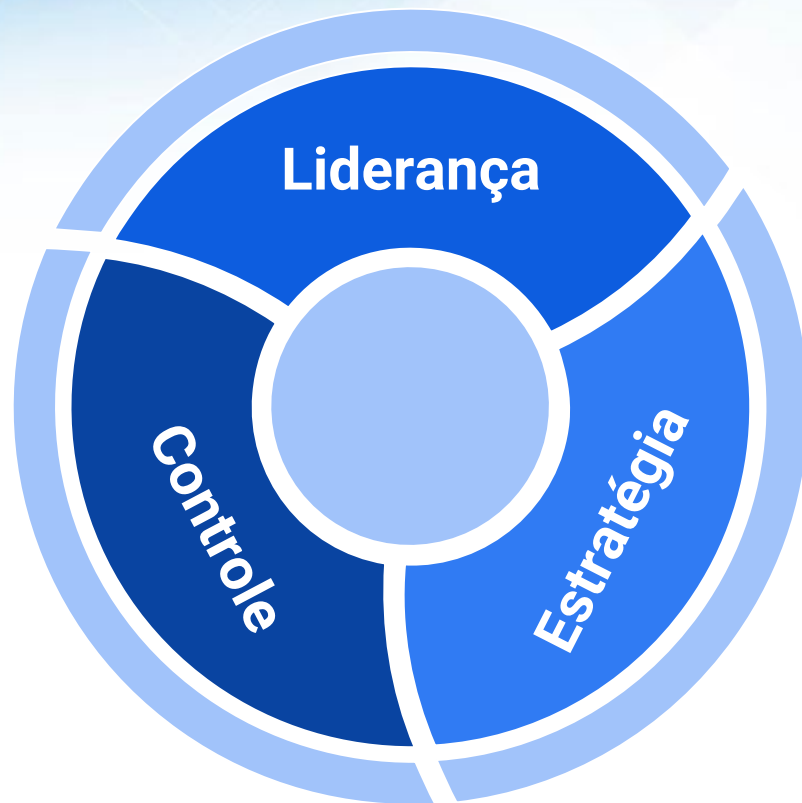
melhoria regulatória

5

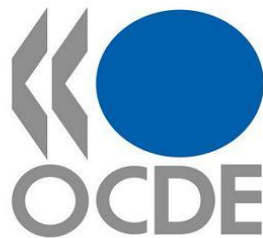
prestação de contas e
responsabilidade

6

transparência



Integridade pública refere-se ao alinhamento consistente e à adesão de **valores, princípios e normas éticas** comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público.



Discutir integridade em uma organização envolve temas como **conduta ética, orientações e exemplos** das lideranças, processos e divisões de trabalho, políticas de **incentivo a determinados comportamentos**, sistemas de prestação de contas, processos de monitoramento e uso de recursos e as interações com a sociedade em geral.



Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão **programa de integridade**, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à **prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção**. (Decreto Estadual nº 46.855/2018, art. 19)

Programa de Integridade é o conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a **prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção**, em apoio à boa governança.

Eixos do Programa de Integridade da Administração Pública:

- I. comprometimento e apoio da **alta administração**;
- II. existência de **unidade responsável pela implementação** no órgão ou na entidade;
- III. análise, avaliação e **gestão dos riscos** associados ao tema da integridade;
- IV. **monitoramento contínuo** dos atributos do programa de integridade.

Comprometimento e apoio da alta direção

Condição permanente e indispensável para o fomento a uma cultura ética, de respeito às leis e para a aplicação efetiva do Plano de Integridade - “Tone at the Top”.



Instância responsável

Área ou Comitê responsável pelo acompanhamento, monitoramento e gestão das ações e medidas de integridade a serem implementadas.

(Unidade de Gestão da Integridade)



Análise e Gestão de Riscos para integridade

Riscos que configurem ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção. Os riscos para a integridade podem ser causa, evento ou consequência de outros riscos, tais como financeiros, operacionais ou de imagem.



Riscos para a Integridade

- Abuso de posição ou de poder em favor de interesses privados;
- Conflito de interesses;
- Pressão ilegal ou antiética para influenciar agente público ou privado;
- Nepotismo;
- Solicitação ou recebimento de propina/pagamento indevido;
- Utilização de verbas e fundos públicos em favor de interesses privados;
- Utilização/vazamento de informação privilegiada/restrita.

Obrigado!

Filipe Castro

Diretor de Correição

Secretaria da Controladoria-Geral do Estado

e-mail: filipe.castro@cge.pe.gov.br

Fone: (81) 3183-0974

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco

PRESENÇA QUE FAZ A DIFERENÇA